

Empurrando com a crise

Economia - Brasil

Partidário da tese de que as agoniias se resolvem cada uma no seu dia – o que grosseiramente também pode ser traduzido como uma tendência a empurrar os problemas com a barriga –, o presidente Fernando Henrique Cardoso comanda uma República onde as soluções só aparecem quando empurradas pelas crises. O perigo disto é que a conta final vai ficando sempre mais alta, revelando-se hora dessas impagável.

Tomemos a questão da Previdência. No mundo da política, seja ele oposicionista ou situacionista, forma-se um consenso de que na próxima tentativa, semana que vem, o governo dificilmente deixará de aprovar o aumento da contribuição previdenciária dos funcionários ativos e o estabelecimento de taxação para os inativos e pensionistas.

Com a crise comendo veloz e vorazmente todos os calcanhares que vê pela frente, não há no Congresso quem esteja disposto a negar instrumentos de resistência financeira ao governo.

A própria oposição, que ao longo dos últimos quatro anos cantou muito Hino Nacional em comemoração a fracassos na reforma, está dizendo que não é hora de virar a mesa. Vota contra, mas não obstrui.

Diante disso, a avaliação geral é a de que este é o momento de o governo aprovar o que quiser. Se esperar o Congresso novo corre o risco de já não contar com o clima de aflição aguda e de se deparar com deputados novos que, sob o argumento de que precisam saber direito o que vão votar, atrasam o processo para, na verdade, ganhar tempo a fim de ver o que levam nessa.

Os deputados cujos mandatos terminam em fevereiro não podem usar mais argumento algum, dado que o assunto foi a exame do Legislativo quatro vezes anteriormente. Em todas o governo foi derrotado e não se dispôs a mudar a proposta minimamente. Só agora, quando na definição do líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves, não resta mais nada além de “matar ou morrer” é que o Planalto aceitou fazer um escalonamento da cobrança, isentando os mais pobres, os mais velhos e os inválidos.

Poderia ter feito isso antes, sem a urgência imposta pela crise? É óbvio que poderia e até deveria, pois até as cadeiras do plenário da Câmara sabiam que a proposta, como estava, não passaria. A crise, portanto, criou boas vontades de lado a lado.

Da mesma forma como foi a *débâcle* asiática de 1997 a responsável pela ressurreição das reformas no final daquele ano, quando todo mundo dava como certo o arquivamento das votações da Previdência e da reforma administrativa para até depois das eleições. O Ministério da Fazenda, naquela altura, tinha a exata dimensão da gravidade, da urgência da situação e da necessidade de as votações continuarem.

O secretário-executivo do ministério, Pedro Parente, chegou a louvar o surgimento daquela crise pois depositava nela suas últimas esperanças de que o Congresso não adiasse ainda mais as reformas. Parente estava certo e, de fato, a crise empurrou para a frente as votações.

Não o suficiente, no entanto, para que fossem completadas as votações que até hoje ainda estão em curso. Desta vez, nova crise as empurrará, o que é bom, mas dá a estranha sensação de que por aqui as coisas custam a andar, justamente porque ninguém acredita verdadeiramente que os erros do passado geram consequências a ser pagas não mais pelo futuro, mas pelo presente.

Os consertos necessários carecem de ações nada benevolentes e quaisquer que sejam elas evidentemente haverá um custo. O problema de agir apenas na premência da crise é que a solução é sempre pior e custa mais. E que não se atribua apenas ao Congresso essa prática.

Desde o início, o governo apostou num modelo econômico que pressupunha a mudança estrutural em, no máximo, dois anos. É certo que, à exceção das alterações no capítulo da Ordem Econômica da Constituição em torno das quais havia consenso na aliança governista, o Parlamento mutilou e adiou além dos limites as outras reformas estruturais.

Mas o fez em grande medida com a conivência do Executivo. Que, por mais de um ano, direcionou suas energias para aprovar a emenda da reeleição fazendo uma conta segundo a qual precisava criar uma expectativa de mais quatro anos de poder e usar isso como capital político junto ao Congresso.

Essa conta não se mostrou necessariamente competente. Esperava-se que, aprovada a reeleição, o Legislativo ficasse aos pés do Executivo para todo o sempre. Não foi isso o que aconteceu. Ao contrário, em dado momento aumentaram as demandas àquele que teria um novo período de poder.

Embora não seja correto tentar fazer História em retrospectiva, não resta dúvida de que se, aquela mesma energia tivesse sido direcionada para a aprovação da reforma da Previdência, a situação do déficit público hoje seria diferente.